

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.190 - MS (2018/0190766-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO GRANDE LTDA**  
**ADVOGADOS : TIAGO BANA FRANCO - MS009454**  
**LIANA WEBER PEREIRA - MS015037**  
**AGRAVADO : HUMBERTO ANTONIO NETO**  
**AGRAVADO : JANE SERROU CAMY**  
**AGRAVADO : JORCELINA FERREIRA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : JOSANY DA SILVA SANTOS BRASIL**  
**AGRAVADO : JOSE ROBERTO BARBOSA RIBEIRO**  
**ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO RIBAS PISSURNO - MS007619**  
**FÁBIO NOGUEIRA COSTA - MS008883**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA – PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA – MÉRITO – JUROS DE MORA – TÍTULO EXECUTIVO OBTIDO ATRAVÉS DE AÇÃO COLETIVA FUNDADA EM RELAÇÃO CONTRATUAL – FLUÊNCIA QUE SE INICIA DA CITAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO – TEMA PACIFICADO PELO STJ ATRAVÉS DA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS – RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

I A arguição de ocorrência de prescrição deve ser afastada. Isto porque a liquidação da sentença promovida pelo Parquet, ainda que parte ilegítima para fazê-lo, impediu a caracterização de inércia dos titulares do direito.

II O STJ, através da sistemática dos recursos repetitivos, firmou entendimento de que em se tratando de ação civil pública, na qual se obtém condenação por decorrência de relação contratual, a fluência dos juros de mora se dará a partir da citação na fase de conhecimento.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados

Nas razões do especial, a parte recorrente alegou violação aos artigos 202, 204 e 397 do Código Civil; 397 e 786 do Código de Processo Civil de 2015; e 100 do

Código de Defesa do Consumidor, bem como a existência de dissídio jurisprudencial. Argumentou, em breve síntese, que a liquidação promovida pelo Ministério Público não interrompeu o prazo prescricional para execução dos créditos individuais, bem como a impossibilidade de incidência de juros de mora desde a citação no processo de conhecimento.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento pacificado nesta Corte, razão pela qual o recurso especial esbarra no óbice sumular nº 83, do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016).

É o que se depreende da leitura do seguinte trecho (fl. 62/66 e-STJ):

“1. Da prescrição

Acredita o agravante estar configurada a prescrição para a cobrança do débito em questão. Justifica tal entendimento no fato da liquidação ter sido proposta mais de 06 (seis) anos após o trânsito em julgado do acórdão proferido no processo de conhecimento, ocorrido em 12 de agosto de 2009, e em sendo o procedimento originário instaurado em 2016, teria sido ultrapassado o prazo de 05 (cinco) anos para a cobrança.

Acrescenta que a declaração de carência de ação, por ilegitimidade do Parquet para promover a liquidação, não seria causa interruptiva da prescrição, pois não há como considerar válida a citação realizada em processo movido por parte ilegítima.

Sem razão o agravante.

Isto porque, o afastamento da prescrição tornou-se questão pacificada, pois esta 5ª Câmara Cível, quando da apreciação de diversos agravos extraídos de cumprimentos individuais da sentença coletiva proferida na ação civil pública que originou o título executivo, entendeu por bem rejeitar a referida prejudicial.

Para tanto, lançou mão da seguinte fundamentação:

"Alega o agravante que estaria configurada a prescrição do crédito executado, ao argumento de que o cumprimento individual da sentença teria sido promovido mais de 05 (cinco) anos após o trânsito em julgado do acórdão em execução.

Inicialmente, veja-se a lição de Carlos Roberto Gonçalves 1 sobre o instituto sobre o qual se debate nesta oportunidade:

"Segundo Pontes de Miranda, a prescrição seria uma exceção que alguém tem contra o que não exerceu, durante um lapso de tempo fixado em norma, sua pretensão ou ação.

(...) Segundo o art. 189 do novo Código Civil, "violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206." A violação do direito, que causa dano ao titular do direito subjetivo, faz nascer, para esse titular, o poder de exigir do devedor uma ação ou omissão, que permite a composição do dano verificado. A esse direito de exigir chama a doutrina de pretensão, (...). A pretensão revela-se, portanto, como um poder de exigir de outrem uma ação ou omissão.

(...)

Pode-se dizer, pois, que a prescrição tem como requisitos: a) a violação do direito, como o nascimento da pretensão; b) a inércia do titular; c) o decurso do tempo fixado em lei. (...)"

Pela leitura acima, percebe-se que um dos requisitos para a configuração da prescrição é a inércia do titular, o que não se constata no caso concreto, pois, ainda que o cumprimento individual de sentença tenha sido ajuizado em 2015, tal situação se deve à peculiaridade observada no caso concreto. Explico.

Na hipótese sub judice, não há se falar em prescrição, tendo em vista que mesmo que o trânsito em julgado da sentença coletiva proferida na ação civil pública tenha ocorrido em agosto de 2009, certo é que no ano de 2010 o Ministério Público Estadual ingressou com pedido de liquidação correspondente, situação esta que interrompe o prazo prescricional.

Em que pese o fato dos autos originários encontrarem-se suspensos, tendo em vista a pendência do trânsito em julgado

do acórdão proferido no agravo de instrumento registrado sob o nº 1408419-92.2015.8.12.0000, sob esta relatoria, ao qual foi dado provimento, para acolher a preliminar de carência da ação por ilegitimidade ativa do Ministério Público para promover a liquidação da sentença coletiva quanto ao capítulo alusivo à condenação ao pagamento de valores e, através do efeito translativo, foi julgada extinta, sem resolução de mérito, a liquidação da sentença, certo é que foi justamente pela ação do Parquet que os credores individuais quedaram-se silentes em relação aos cumprimentos individuais, o que não implica, entretanto, em inércia.

Ora, diante da possibilidade de consolidação do entendimento de que o Ministério Público seria parte ilegítima para promover a liquidação da sentença coletiva, no que pertine ao pagamento dos valores efetivamente devidos aos consumidores, muitos destes entenderam por bem, ato contínuo, ingressarem com o cumprimento individual da sentença coletiva, não havendo se falar, assim, em configuração de prescrição no caso concreto.

Ademais, o STJ possui entendimento no sentido que em se tratando de sentença ilíquida, o prazo prescricional quinquenal passa a fluir a partir do término do incidente de liquidação, quando então o título executivo apresentar a liquidez viabilizadora do início do processo executivo.

Os seguintes julgados daquela Corte corroboram este entendimento:

(...)

Pelo acima transcrito, percebe-se que a alegação de que a prescrição não foi reconhecida por este Sodalício, pois se estaria diante de casos diferentes, não se sustenta, posto que a prejudicial restou afastada como decorrência da liquidação ajuizada pelo Parquet, afastando a inércia, o que significa dizer que tal entendimento é obviamente aplicável às liquidações individuais que agora estão sendo promovidas pelos beneficiários da sentença coletiva.

Registre-se que descabe falar, in casu, que a questão estaria sob o manto da preclusão, o que implicaria em não conhecimento da prejudicial. Isto porque, os cumprimentos individuais de sentença ajuizados pelos beneficiários da sentença coletiva foram extintos, pela necessidade de prévia liquidação do título executivo, sendo perfeitamente possível ao agravante CESUP reiterar a discussão. Entretanto, o tema comporta idêntica solução, motivo pelo qual houve

a rejeição da prejudicial na decisão agravada, nesta oportunidade confirmada.

Assim, afasto a prejudicial de prescrição.”

Com efeito, destaco que é assente nesta Corte que “não há falar em prescrição quando não verificada inércia do credor, ausente no caso, ante o ajuizamento de liquidação de sentença pelo Ministério Público” (AgInt nos EDcl no AREsp 1157334/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 4/12/2018), ainda que reconhecida a sua ilegitimidade.

Outrossim, "a liquidação é fase do processo de cognição, só sendo possível iniciar a execução se o título, certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, estiver líquido (cf. AgRg no AREsp 214.471/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 4/2/2013 (AgRg no AREsp 325.162/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/8/2013, DJe 30/8/2013)" (AgRg no REsp 1499557/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/2/2015, DJe 20/2/2015).

Confirmam os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE AÇÃO COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DE LIQUIDAÇÃO COLETIVA. INTERRUÇÃO DO PRAZO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Interrompe-se o prazo prescricional da execução individual até o trânsito em julgado da execução coletiva, neste caso, intentada pelo Ministério Público, ainda que nessa ação, ao final, seja conhecida a ilegitimidade de parte do Parquet. Precedentes.

2. Quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação, em tema de agravo em recurso especial, deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1076690/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe

04/09/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. SUPOSTA AUSÊNCIA DAS PEÇAS OBRIGATÓRIAS PREVISTAS NO ART. 525, I, DO CPC. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. 2. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PARTE ILÍQUIDA DA SENTENÇA. TERMO INICIAL. ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nas hipóteses em que o Tribunal a quo reconhece a satisfação do art. 525, I, do CPC, quanto às peças obrigatórias do agravo de instrumento, esse ponto não pode ser discutido em recurso especial em atenção à Súmula n. 7 do STJ.

2. O prazo de prescrição da pretensão executiva (para desencadear a fase de cumprimento de sentença), quanto ao capítulo decisório que necessite da definição do quantum debeatur, apenas tem início com o fim da liquidação.

3. Se o acórdão da Corte de origem não oferece dados precisos que possibilitem a aferição do decurso do prazo prescricional (termo inicial e final), é impossível reconhecer a configuração da prescrição em recurso especial diante da vedação expressa no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 754.951/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 23/10/2015)

Por fim, quanto ao termo inicial dos juros de mora, observo que as razões contidas no recurso especial vão de encontro ao entendimento já consolidado nesta Corte sob a temática dos recursos repetitivos, quando do julgamento do REsp 1.370.899/SP, o qual estabelece que, “os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual”.

Confiram trecho pertinente do acórdão estadual (fls. 66/67 e-STJ):

“2. Mérito

Em relação aos juros de mora, compreende o agravante que estes somente poderão fluir a partir do procedimento de liquidação, vez que o processo de conhecimento foi ajuizado pelo Parquet, através de legitimação extraordinária coletiva subsidiária, que implicou em condenação genérica.

Igualmente sem razão o agravante.

Isto porque, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que em se tratando de ação civil pública, na qual se obtém condenação em decorrência de relação contratual, a fluência da mora se dará a partir da citação na fase de conhecimento.

O seguinte julgado corrobora este entendimento.

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA CADERNETA DE POUPANÇA PLANOS ECONÔMICOS EXECUÇÃO JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A ACÇÃO COLETIVA VALIDADE PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) 3. Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte:

"Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior." 4.- Recurso Especial improvido. (STJ, REsp 1370899/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014).

O agravante foi condenado, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a ressarcir alguns acadêmicos de parcelas contratuais exigidas com base em cláusulas decretadas nulas, razão pela qual maneja a parte agravada a liquidação da sentença coletiva, visando o recebimento da quantia que lhe cabe. Em assim sendo, percebe-se a exata subsunção da hipótese em estudo ao precedente jurisprudencial, que deve ser aplicado ao caso concreto.

Assim, tenho que agiu com acerto o juízo singular quando fixou como termo inicial para fluência dos juros de mora a citação do agravante na fase de conhecimento.

Posto isso, conheço do recurso e nego-lhe provimento. Fica sem efeito a decisão de f. 33-34 que havia atribuído efeito suspensivo ao

agravo de instrumento.”

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. AJUIZAMENTO ANTERIOR DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA. DATA DA CITAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em recurso posterior, pois configura indevida inovação recursal.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não há falar em prescrição quando não verificada inércia do credor, ausente no caso, ante o ajuizamento de liquidação de sentença pelo Ministério Público.

3. O STJ fixou, em recurso especial repetitivo, o entendimento de que "os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual" (REsp n. 1.370.899/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/5/2014, DJe 14/10/2014).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1165164/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora